

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INTEGRAL

**EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS: A AVALIAÇÃO DOS
PROFESSORES(AS) SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA EM
TEMPO INTEGRAL NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL
SANTA TEREZINHA**

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação
em Educação Integral da Universidade Federal de
Santa Catarina como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Especialista em Educação
Integral
Orientadora: Prof^a Dr^a Diana de Carvalho
Carvalho

ELAINE DEREWLANY

FLORIANÓPOLIS

2013

Experiências e significados: a avaliação dos professores(as) sobre a implantação da Escola em Tempo Integral no Centro Educacional Municipal Santa Terezinha¹

Autoras: Elaine Derewlany²

Resumo: Na última década, o governo federal instituiu o Programa Mais Educação para indução de uma política de Educação Integral. A Secretaria Municipal de Educação de São José (SME), Santa Catarina, iniciou o programa em 2009. O objetivo deste estudo foi investigar como os professores(as) que participaram da implantação da Escola em Tempo Integral, no Centro de Educação Municipal Santa Terezinha, no ano de 2012, avaliaram esse processo. Para isto, duas fontes de informações foram utilizadas, um questionário e a avaliação dissertativa da formação continuada oferecida pela SME. Dentre os resultados destacaram-se: a diferença salarial entre os professores de Admissão em Serviço de Caráter Temporário (ACT) mensalistas e horistas; o desconhecimento dos professores, no processo de escolha de vagas, sobre Educação em Tempo Integral; a relevância da formação continuada oferecida pela SME para estes professores; a proximidade entre a concepção assistencialista de Educação Integral dos professores e o que eles reconheceram como contribuição desta implantação; a tensão proveniente da nova rotina escolar e a inquietação quanto à função da escola (educar e proteger); o impacto da implantação no processo ensino-aprendizagem. Os desafios da Educação Integral foram identificados como os mesmos que os da Educação Regular, porém com a necessidade de aprimorar e inovar o currículo. Os professores avaliaram positivamente o processo de implantação da Escola em Tempo Integral na escola, mas demonstraram ser necessário ter mais estrutura, condições de trabalho e acesso ao conhecimento acerca da Educação Integral.

Palavras-chave: educação integral; escola em tempo integral; professores.

¹ Este artigo é o trabalho de conclusão do Curso de Especialização Lato-Sensu em Educação Integral, do Centro de Ciências da Educação (CED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da aluna Elaine Derewlany, sob orientação da Prof^a Dr^a Diana Carvalho de Carvalho.

² Especialista e orientadora educacional da Secretaria Municipal da Educação de São José, Santa Catarina. Coordenadora das turmas de implantação da Escola em Tempo Integral no ano de 2012, no Centro Educacional Municipal (CEM) Santa Terezinha.

Introdução

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) concebe a Educação como o primeiro dos 10 direitos sociais, capaz de conduzir ao pleno desenvolvimento da pessoa, essencial para sua cidadania, e de responsabilidade tanto da família como da sociedade. Embora esta concepção não cite na íntegra a Educação Integral, ela apresenta as condições para a formação integral do homem (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009). A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (BRASIL, 1996), prevê que o Ensino Fundamental será ministrado em tempo integral, de forma progressiva e segundo os sistemas de ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE) retomou e valorizou a Educação Integral como possibilidade de formação integral da pessoa, indicando-a como objetivo do Ensino Fundamental e Educação Infantil, com a ampliação progressiva da jornada escolar para no mínimo sete horas e a participação das comunidades na gestão das instituições de ensino (BRASIL, 2001). Além disso, considera a educação em tempo integral preferencialmente sob a perspectiva da assistência social, ao associar a ampliação da jornada escolar às crianças provenientes das camadas sociais mais necessitadas, em que os pais trabalham fora de casa e possuem baixa renda (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

No Brasil, houve duas experiências marcantes de Educação Integral. As Escolas-Parque criadas por Anísio Teixeira entre as décadas de 1940 a 1960, e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), projetados por Darcy Ribeiro nos anos de 1980 a 1990 (MOLL, 2012). Ambos pensavam que uma sociedade efetivamente democrática teria que garantir de forma igualitária a toda a população os conhecimentos e vivências educativas que permitissem exercer a cidadania. Para isso, eles ampliaram a jornada escolar e projetaram arquiteturas diferenciadas de escola, com espaços que pudessem contemplar uma formação abrangente nas áreas das ciências, artes, cultura e mundo do trabalho, que pudessem desenvolver os aspectos físico, cognitivo, afetivo, político e moral dos alunos.

A partir do processo de redemocratização do Brasil, pós-golpe militar de 1964, no final de década de 1980, a Educação Integral foi retomada em fóruns, conferências, marcos legais e como um meio de combater a desigualdade social, historicamente produzida pelo sistema educacional (MOLL, 2012). No contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007 instituiu o Programa Mais Educação como estratégia intersetorial do governo federal, que envolveu os Ministérios da Educação, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social, para indução de uma política de Educação Integral, no intuito de ampliar tempos, espaços, dimensões e oportunidades educativas (MOLL, 2012; MINISTÉRIO DA

EDUCAÇÃO, 2009). O Programa Mais Educação tem por objetivo estimular a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens através de atividades sócio-educativas no contraturno escolar, articulados ao projeto-político-pedagógico da escola.

No município de São José, Santa Catarina, o Programa Mais Educação teve início no final do segundo semestre do ano de 2009. No ano seguinte, um grupo de estudos foi criado e constituído por professores, orientadores educacionais, supervisores escolares, professores-coordenadores do Programa Mais Educação nas escolas e diretores das unidades de ensino. O objetivo foi aprofundar a compreensão sobre o Programa e aperfeiçoar as práticas educativas por meio de encontros semanais.

Os estudos realizados nos encontros, aliados a intenção da Secretaria Municipal da Educação de São José (SME) de se preparar para a ampliação da jornada escolar prevista pela LDB (BRASIL, 1996), resultaram na implantação da Escola em Tempo Integral, em três unidades de ensino. Esse processo aconteceu a partir de fevereiro de 2012, com as turmas dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. As unidades de ensino foram escolhidas pela SME com base nos critérios de disponibilidade de espaço físico (Centro Educacional Municipal Santa Terezinha e Centro Educacional Municipal São Luiz), interesse da comunidade (Escola Básica Municipal Altino Corsino da Silva Flores) e vulnerabilidade social, característica das três escolas.

Paralelamente ao início das atividades da Escola em Tempo Integral nas três unidades de ensino e a continuidade do Programa Mais Educação em 14 escolas, a SME reafirmou sua parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para qualificar os profissionais. Para isso, um grupo de profissionais compôs a 1ª turma do Curso de Especialização *Latu-Sensu* em Educação Integral, oferecido pela UFSC, sendo dispensados em horário de trabalho por um ano para participarem das disciplinas do curso, ministrado às sextas-feiras e com carga horária de oito horas semanais.

Como aluna do curso e por coordenar a implantação da Escola em Tempo Integral, no Centro Educacional Municipal (CEM) Santa Terezinha em 2012, desenvolverei as reflexões nesse artigo no intuito de problematizar este processo em termos teórico-práticos.

O objetivo geral desse estudo foi investigar como os professores(as) que participaram da implantação da Escola em Tempo Integral, no CEM Santa Terezinha, no ano letivo de 2012, avaliaram esse processo. Este se desdobrou nos objetivos específicos que consistiam em identificar: a) as concepções de Educação Integral desses professores(as); b) as dificuldades encontradas nessa implantação; c) as contribuições desse processo para a realidade da escola; d) o impacto dessa implantação sobre o processo de ensino-aprendizagem; e) as necessidades de formação continuada

que se fazem presentes nesse processo; f) os desafios que eles identificam para a implantação de uma proposta de educação integral.

Sobre a escola

O Centro Educacional Municipal Santa Terezinha é uma unidade de Ensino Fundamental, integrante da Rede Pública de Ensino de São José/Santa Catarina, situada em Forquilhas, na área rural do município. Foi inaugurado oficialmente em abril de 2008, mas iniciou suas atividades educacionais em 2007.

Em 2012 contou com 48 profissionais, sendo três cozinheiras; quatro agentes de serviços gerais; uma assistente; trinta e cinco professores; uma orientadora educacional; um coordenador do Programa Mais Educação; uma diretora e eu como coordenadora da Escola em Tempo Integral.

No mesmo ano atendeu o total de 320 alunos, distribuídos em Ensino Regular com as turmas do 6º à 8ª série; Escola em Tempo Integral nas turmas do 1º, 2º e 3º anos e o Programa Mais Educação, com os alunos do 4º ano à 8ª série, no contraturno.

A Escola em Tempo Integral em 2012 foi organizada em uma turma do 1º ano, duas do 2º ano e duas do 3º ano, todas do Ensino Fundamental e os alunos recebiam cinco refeições diárias: café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde e janta. No intervalo de almoço os alunos participavam de atividades lúdicas e de relaxamento, acompanhados por monitores contratados pela escola.

A jornada ampliada acontecia das 8 horas às 17 horas, com exceção das quartas-feiras. Nesse dia os alunos eram liberados às 12h para que no turno vespertino houvesse a formação continuada dos profissionais que trabalhavam com as turmas em Tempo Integral e do Programa Mais Educação, oferecida pela SME. Dos 17 professores da Escola em Tempo Integral, nove (52,94%) participaram do curso de formação continuada. A formação continuada foi organizada em 24 encontros coordenados pela equipe pedagógica da escola e nove encontros coordenados pela SME. O eixo da formação foi em “Artes e Mídias”, que levou à inclusão na grade curricular as disciplinas de coral, dança, xadrez e artes visuais.

Essa formação fomentou os estudos sobre a construção do currículo na perspectiva da Educação Integral e fundamentou o Decreto nº 37.352 (SÃO JOSÉ, 2012), que regulamenta a implantação da Escola em Tempo Integral para o Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino de São José. O Decreto nº 37.352 (SÃO JOSÉ, 2012) entrou em vigor em 17 de outubro de 2012, aproximadamente nove meses depois da implantação da Escola em Tempo Integral e está atualizado com as discussões da política de Educação Integral.

Sobre a pesquisa realizada

O CEM Santa Terezinha em 2012 teve 17 professores que atuaram diretamente com as turmas da Escola em Tempo Integral. Destes, cinco professoras tinham o regime de contrato de trabalho como Admissão em Serviço de Caráter Temporário (ACT) mensalistas, com jornada de 40 horas semanais, e acompanhavam as turmas nos dois turnos; duas eram auxiliares de ensino, também ACT, e com 20 horas semanais; os demais professores eram ACT horistas, em jornada de trabalho por hora-aula semanal. Estes últimos ministravam disciplinas como Artes Visuais, Educação Física, Inglês, Filosofia, Coral, Dança, Xadrez e Informática.

Para realizar a pesquisa primeiramente solicitei a autorização da SME e da diretora do CEM Santa Terezinha. Em seguida, informei os professores das turmas em Tempo Integral acerca do estudo e os convidei a participarem. Dos 17 professores(as) que trabalharam com as turmas de jornada ampliada, 15 (88,23%) concordaram em participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento (ANEXO 1).

Como fonte de informações, utilizei um questionário (ANEXO 2) organizado em quatro blocos: dados pessoais; formação profissional; situação funcional e experiência com a Educação em Tempo Integral. As questões do questionário contemplaram os conteúdos dos seis objetivos específicos: concepção de Educação Integral; dificuldades encontradas na implantação da Escola em Tempo Integral; contribuições desse processo para a realidade da escola; impacto da implantação sobre o processo de ensino-aprendizagem; necessidade de formação continuada; desafios para a implantação de uma proposta de Educação Integral.

A outra fonte de informação que fez parte desse estudo e que também foi autorizada pelos professores foi a avaliação dissertativa da formação continuada oferecida pela SME, com seis questões assim formuladas: como foi a adaptação dos alunos? como foi a sua adaptação? quais foram as conquistas e desafios? qual a sua opinião sobre a escola em movimento o dia inteiro? o que você mudaria na implantação em tempo integral? você é a favor ou contra a Educação em Tempo Integral na escola? justifique.

Para analisar as questões objetivas do questionário utilizei a estatística descritiva. As respostas dissertativas do questionário e da avaliação foram lidas, comparadas e agrupadas de acordo com cada objetivo específico do estudo.

Resultados alcançados

Dos 15 professores(as) pesquisados, nove são do sexo feminino (60,00%), seis do sexo masculino (40,00%), com idade média de 35 anos. Sete professores(as) (46,67%) declararam ser casados, três (20,00%) solteiros, três (20,00%) ter união estável e dois (13,33%) divorciados.

Quanto à formação profissional, seis professores (40,00%) cursaram Magistério-nível médio; 14 professores (93,33%) concluíram a graduação e nove professores (60,00%) tinham especialização cursada em instituições particulares. A jornada de trabalho semanal foi de no mínimo de 20 horas e máximo de 40 horas, sendo que cinco professores (33,33%) eram ACT mensalistas, em jornada de 40 horas, o que significa que acompanharam as turmas diariamente e nos dois turnos.

O tempo médio de serviço na prefeitura de São José foi três anos. Todos os professores eram ACT e o salário ficou entre R\$ 850,00 e R\$ 2.699,00. Ainda sobre os salários, quando comparados, constata-se que os ACT horistas têm, em média, salário maior do que os ACT mensalistas. Esta disparidade salarial deve-se à lei 4.423 (SÃO JOSÉ, 2012), que estabelece aos professores ACT mensalistas a tabela de vencimento-base em jornada de trabalho semanal, independente do nível de formação, e para o ACT horista o vencimento-base por jornada de trabalho por hora-aula semanal, com diferença por nível de formação.

Quando questionados se escolheram trabalhar com as turmas em Tempo Integral, 10 professores (66,67%) disseram que não, por desconhecerem o processo de implantação da Escola em Tempo Integral. Eles optaram pela escola em virtude das vagas disponíveis. Dentre os participantes, 11 (73,33%) afirmaram não conhecer os estudos e discussões sobre a Educação Integral e Em Tempo Integral. Por outro lado, apenas uma professora que escolheu trabalhar com as turmas, afirmou conhecer e ter experiência com Educação Integral por ter sido oficineira do Programa Mais Educação.

Nenhum professor havia feito curso sobre Educação Integral antes da formação continuada oferecida pela SME. Dos nove professores (60,00%) que disseram estudar ou ler autores na área de Educação Integral, sete fizeram-no por meio da formação continuada, um afirmou estudar sozinho e outro não declarou. Os materiais de pesquisa referidos pelos professores foram de autoria de Jaqueline Moll e da Revista Nova Escola.

Quando questionados sobre a concepção de Educação Integral, relacionaram à jornada ampliada a visão assistencialista para atender os alunos com vulnerabilidade social. Outro aspecto destacado por eles em relação à concepção de Educação Integral foi a ideia de trabalho interdisciplinar, entre os conteúdos do currículo.

As dificuldades apresentadas pelos professores na implantação da Escola em Tempo Integral foram: cansaço; ritmo intenso de trabalho; limitações do espaço físico; falta de profissionais para atender as necessidades diárias da rotina escolar; alimentação fornecida aos alunos inadequada tanto na qualidade como na quantidade; concentração de aulas de Artes Visuais, Coral, Dança, Xadrez, Informática, Educação Física, Inglês e Filosofia em um mesmo turno; a falta de experiência, referência e conhecimentos dos professores quanto a Educação Integral; carência de investimento da SME na estrutura física da escola e na contratação de profissionais; falta de atividades diferenciadas para desenvolver com os alunos, como saídas de estudos, passeios e oficinas.

Segundo os professores, as contribuições do processo de implantação da Escola em Tempo Integral foram: conhecer mais e melhor os alunos; a integração entre alunos e professores; a participação e responsabilidade dos alunos nas atividades; a ampliação de novas vivências e aprendizagens; a união e comprometimento do grupo de profissionais; os alunos ocupados com mais acesso aos conhecimentos; a integração dos alunos; a ampliação da jornada escolar; garantia de alimentação aos alunos; maior integração com a comunidade escolar, principalmente por atender a necessidade dos pais não ter onde deixar os filhos e o Decreto nº 37.352 (SÃO JOSÉ, 2012).

Como impactos da implantação da Escola em Tempo Integral sobre o processo de ensino-aprendizagem, os professores citaram: poder dar mais atenção aos alunos; maior integração entre professor e aluno; mais tempo para as aulas; mais motivação, participação e organização dos alunos, que passaram a gostar de estar na escola.

Os professores apontaram como necessidades com relação à formação continuada: ter mais troca de experiências entre as escolas; intensificar os questionamentos sobre a implantação da Escola em Tempo Integral, a fim de fazer as devidas modificações; ter mais espaço para a fala dos professores; oferecer a formação para todos os profissionais da Educação e emitir certificados compatíveis com a carga horária total da formação.

Os desafios da Educação Integral apresentados pelos professores foram: ser criativo; manter o foco dos alunos; fazer com que os alunos aprendam com alegria e prazer; aprimorar o currículo com uma nova proposta curricular; ampliar a implantação da Escola em Tempo Integral para outras turmas e escolas; reestruturar o sistema de ensino no país; ter o número adequado de profissionais na escola; qualificar os profissionais da Educação na perspectiva da Educação Integral; mudar as práticas pedagógicas diárias; conquistar o comprometimento das famílias com relação à escola e seus filhos; ter aulas melhor preparadas; planejamento adequado; motivação do professor. Um dos professores respondeu que os desafios da Educação Integral são os mesmos que os da Educação Regular, outro respondeu que a Educação Integral deve ser um projeto construído pela sociedade.

Discussão dos resultados

As concepções que os professores apresentam sobre Educação Integral têm relação com as discussões difundidas no âmbito nacional e nos documentos oficiais quando enfatizam a jornada escolar ampliada e o foco nos aspectos de ordem social (BRASIL, 2001; BRASIL, 1996; BRASIL, 1988).

Para os professores, a concepção e as contribuições da Educação Integral estão diretamente relacionadas com a perspectiva assistencialista. Atribuem como sua a responsabilidade de tirar a criança da marginalidade, atender a comunidade e oferecer alimentação adequada aos alunos, como forma de protegê-los da desigualdade social. No entanto, é necessário avançar nessa concepção para assumir a Educação Integral como um projeto de sociedade, garantida por meio de política pública, com vistas à formação integral do aluno. Uma oportunidade que amplia a prática escolar, tempos, espaços e conteúdos, na formação da cidadania (BRASIL, 2001).

As dificuldades da implantação da Escola em Tempo Integral, elencadas pelos professores, sinalizam a tensão proveniente da nova rotina escolar e da inquietação quanto à função da escola, no papel de educar e proteger (BRASIL, 2001). O destaque dos professores à falta de qualidade e quantidade da alimentação fornecida aos alunos sinaliza a necessidade do planejamento, financiamento e da avaliação diária dos serviços e produtos fornecidos nas escolas.

Na formação continuada, os professores consideram necessário garantir momentos de socialização entre seus pares e sobre a experiência adquirida na implantação da Escola em Tempo Integral. Isso reafirma a importância da formação em serviço, isto é, na própria escola, para que sejam instrumentalizados nos aspectos teórico-práticos e possam refletir e redimensionar sua prática (KRAMER, 1989 apud BRANCO, 2012). É preciso lembrar que nenhum professor havia estudado o tema Educação Integral antes da formação continuada oferecida pela SME e que um exemplo positivo da parceria entre universidade e sistema de ensino, foi o curso de Especialização Lato-Sensu em Educação Integral realizado pela UFSC, que contribuiu na formação dos profissionais e os concedeu a oportunidade construir o conhecimento científico.

Um aspecto relevante na implantação da Escola em Tempo Integral foi o desconhecimento dos professores sobre Educação Integral no ato da escolha de vagas. Consequente, ao começar o ano letivo, muitos professores se surpreenderam com as especificidades da ampliação da jornada escolar, principalmente o ritmo de trabalho. Para preencher inicialmente essa lacuna, o decreto nº 37.352 (SÃO JOSÉ, 2012) poderá ser incluído como um dos conhecimentos gerais para todos os cargos, nos processos seletivos e concursos públicos do município.

Quanto às respostas dos professores acerca dos desafios da Educação Integral, estão sintetizadas na manifestação de um professor ao afirmar que são os mesmos que os da Educação Regular: garantir recursos e investimentos; valorizar os profissionais; ter material didático de qualidade; assegurar a gestão democrática nas unidades de ensino; construir parceria efetiva entre comunidade e escola; entre outros. Por outro lado, ressaltaram a necessidade de aprimorar e inovar o currículo para a Educação Integral, com ações contextualizadas e interdisciplinares, que também estão previstas no decreto nº 37.352 (SÃO JOSÉ, 2012).

Quanto ao currículo, atualmente continuam os estudos e debates sobre quais aspectos devem ser contemplados para atender a formação integral da pessoa, articular os conhecimentos e saberes (PADILHA, 2012). Neste sentido, o projeto-político-pedagógico assume o papel de articulador entre os anseios da comunidade escolar, na construção de uma prática pedagógica integrada e integradora, para que a escola pública seja de qualidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Como síntese do estudo, os professores que participaram da implantação da Escola em Tempo Integral no CEM Santa Terezinha avaliaram positivamente este processo. Porém, demonstraram que é necessário ter mais estrutura e condições de trabalho, bem como acesso ao conhecimento acerca do tema Educação Integral.

Considerações finais: Experiências e significados

Nestas considerações apresentarei reflexões pautadas nos resultados do estudo e na minha experiência de coordenar a implantação da Escola em Tempo Integral no CEM Santa Terezinha.

Quanto à formação profissional, durante as nossas conversas os professores manifestaram a insatisfação com os cursos de graduação que haviam concluído. Justificaram que os cursos não orientavam acerca da dinâmica escolar e se distanciavam da prática docente. Tornavam-se teóricos e não instrumentalizavam os estudos de questões fundamentais para escola, como por exemplo, da relação entre o desenvolvimento humano e a aprendizagem. Destaco a valorização que os professores atribuíram aos cursos de magistério, por ensinarem importantes atribuições do professor, como planejar, corrigir atividades e diversificar as estratégias didáticas.

Da jornada de trabalho dos professores enfatizo a importância dos momentos destinados ao estudo, pesquisa, planejamento, avaliações, correções e demais atividades que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. Ritmo intenso de trabalho, limitações do espaço físico, a falta de profissionais para atender as necessidades diárias da rotina escolar, demonstram que é fundamental

investir na Educação! Garantir as condições mínimas de trabalho ao professor: a valorização profissional, a sua formação inicial e continuada, um salário digno, a abertura de concursos públicos, que diminuam o alto índice de rotatividade e o desgaste habitual no final dos contratos temporários.

Nesse sentido, também precisamos investir na construção de uma prática pedagógica integrada e integradora. Acredito que no CEM Santa Terezinha iniciamos o processo de mudança de paradigmas ao ampliar o conceito de ensino-aprendizagem, que ultrapassa a aquisição dos conteúdos e avança em sua complexidade, como descrevem os professores nas conquistas e impactos da implantação: conhecer melhor os alunos; ampliar as vivências; dar maior integração entre professor e aluno; mais motivação, participação e organização dos alunos; alunos que passaram a gostar de estar na escola.

Na escola, além das conquistas com a ampliação da jornada escolar, não conseguimos aprofundar os estudos sobre a avaliação na perspectiva da Educação Integral. Encontramos muita dificuldade em definir os critérios para a avaliação descritiva e para a construção de um novo currículo. Perguntávamos o que deveria ser prioridade no currículo? Como garantir um currículo integrado? Como organizá-lo? Qual concepção de currículo usar?

As reflexões sobre o currículo fundamentaram decreto nº 37.352 (SÃO JOSÉ, 2012) e continuam atuais nos encontros de formação continuada da SME.

Quanto à implantação da Escola em Tempo Integral no CEM Santa Terezinha, concordo com os professores. Foi um processo positivo, porém, é necessário ter mais estrutura, condições de trabalho e acesso ao conhecimento acerca do tema Educação Integral.

A partir dessa pesquisa e por haver um rico material de registro na escola, sugiro novos estudos acerca das características da implantação da Escola em Tempo Integral no CEM Santa Terezinha, com base na rotina escolar, currículo, avaliação e relação entre família e escola. O registro, análise e reflexões desse processo poderão subsidiar a construção do conhecimento científico na perspectiva da Educação Integral no município e para além dele.

Experiências e significados: breves palavras

Como coordenadora da implantação da Escola em Tempo Integral, vivenciei com a comunidade escolar momentos difíceis, medos, alegrias e conquistas. A definição do quadro de horários, o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, a elaboração das avaliações descritivas, a definição da rotina de refeições, os encontros de formação continuada e principalmente, a intenção de desenvolver uma prática pedagógica integradora.

Juntos, alunos, professores, famílias e os profissionais da SME, descobríamos pouco a pouco, que a Educação Integral é feita por muitas mãos, é um projeto de sociedade, um caminho para democracia e, de fato, um desafio.

Os desafios nos desequilibravam frequentemente e convidavam ao novo, ao desconhecido, ao aprendizado. Muitas vezes ouvi professoras dizendo não entender o porquê permaneciam tanto tempo em sala de aula, mesmo com tanto acesso às áreas verdes. Diziam que algo lhes prendia aos conteúdos e que não sabiam como fazer diferente. Aqui as grades do currículo que, de forma oculta, nos cegam e limitam. Acolá a coragem de assumir não saber, sem deixar de acreditar.

Luz, forma, cores, desenhos, soma, divisão, escrita, leitura, poesia, risos, dança, abraço, ritmo, raciocínio, vida, sonhos... escola em movimento!

E como costumávamos brincar na escola: foi assim, que em uma escola tão, tão, tão distante... chamada CEM Santa Terezinha, tudo começou

Referências

- BRANCO, V. A política de formação continuada de professores para educação integral. In: MOLL, J. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação integral: texto referência para o debate nacional. Brasília, DF: Secad/MEC, 2009.
- MOLL, J. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, J. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- PADILHA, P.R. Educação integral e currículo intertranscultural. In: MOLL, J. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- SÃO JOSÉ. Decreto nº 37.352, de 17 de outubro de 2012. Regulamenta a implantação da Escola Em Tempo Integral para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São José. São José, SC, 2012.
- SÃO JOSÉ. Lei nº 4.423, de 10 de janeiro de 2006. Estabelece Normas para a Admissão Em Serviço de Caráter Temporário no Âmbito do Magistério Público Municipal e dá outras Providências. São José, SC, 2006.

Anexo 1 – Termo de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INTEGRAL

TEMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado(a) sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva, todas as explicações pertinentes ao projeto “*Trajetórias, experiências e significados: a avaliação dos professores(as) sobre a Implementação da Educação em Tempo Integral, no CEM Santa Terezinha*”, realizada pela pesquisadora Elaine Derewlany.

Compreendo que esta pesquisa será realizada com base nas minhas respostas ao questionário aplicado como instrumento de coleta de dados e que estou ciente de que posso me retirar desta pesquisa a qualquer momento.

Nome por extenso: _____

Assinatura: _____

São José, ____/____/2012.

Anexo 2 – Questionário



Número

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INTEGRAL

PESQUISA: “Trajetórias, experiências e significados: a avaliação dos professores(as) sobre a Implementação da Educação em Tempo Integral, no CEM Santa Terezinha”.

QUESTIONÁRIO

I - DADOS PESSOAIS

1.1. Nome:..... 1.2.

Idade: (anos completos)

1.3. Sexo: () feminino () masculino

1.4. Estado Civil: () solteiro () casado () separado () divorciado
() viúvo () união estável () outro

II - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1. Assinale os cursos que você fez, especificando as informações solicitadas na tabela:

Curso	Ano de Início	Ano de Término	Instituição pública ou particular?
Magistério ()			
Graduação: () Habilitação:			
Especialização () Área:			
Mestrado () Área:			
Doutorado () Área:			
Você já fez curso sobre Educação Integral? Qual? _____ _____			

2.2. Nos últimos tempos você tem estudado temas ou lido autores na área da Educação Integral?

() não () sim Onde?.....

2.3. Se você respondeu sim, enumere os dois principais temas, autores e o que mais lhe chamou a atenção nessas leituras:

Temas	Autores	O que mais chamou a atenção nas leituras
1º	1º	
2º	2º	

III - SITUAÇÃO FUNCIONAL

3.1. Regime de Trabalho:

() ACT. Quanto tempo (total) de serviço no município de São José? _____

() Efetivo. Quanto tempo (total) de serviço no município de São José? _____

3.2. Jornada de Trabalho:

24 horas () 30 horas () 40 horas () Outra () Qual?

3.3. Salário: , em Reais (indicar o valor do último salário recebido).

3.4. Com quantas turmas em Tempo Integral você trabalha? (nº de turmas)

3.5. Quantos alunos em Tempo Integral você tem em cada turma? (nº aproximado)

IV – A EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

4.1. Você escolheu trabalhar com as turmas de Educação em Tempo Integral?

() sim () não

4.2. Como você chegou a essas turmas?

.....

4.3. Ao assumir essa(s) turma(s) em 2012, você conhecia os estudos e discussões sobre a Educação Integral e em Tempo Integral?

() sim () não

4.4. O que você destaca de mais significativo na Educação Integral?

.....

4.5. Para você quais as dificuldades encontradas na implementação da Educação em Tempo Integral no CEM Santa Terezinha?

.....
.....

4.6. Quais as contribuições desse processo para a realidade da escola?

.....
.....
.....

4.7. Em comparação com as turmas do ensino regular, você observou alguma diferença significativa nas turmas em Tempo Integral? Essa diferença influenciou o processo de ensino-aprendizagem dos alunos que você acompanhou em 2012? Por favor, cite exemplos.

.....
.....
.....

4.8. Como a Secretaria Municipal de Educação de São José proporciona as atividades de formação continuada para os seus profissionais, o que você acrescentaria na pauta desses encontros para qualificar a prática pedagógica dos professores da Educação em Tempo Integral? Para você o que é necessário contemplar nessa formação continuada?

.....
.....
.....

4.9. Para você quais são os desafios da Educação Integral?

.....
.....